



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23133.001939.2017-38

CONTRATO Nº 02/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA/CAMPUS PLANALTINA E A EMPRESA CONSTRUTORA FERNANDES E ARAÚJO LTDA - ME, PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO DIÁRIA.

Pelo presente Instrumento, O **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA, Campus Planaltina**, autarquia vinculada ao Ministério da Educação, com sede na Rodovia DF-128 KM 21, Zona Rural, Planaltina-DF, CEP 73.380-900, na cidade de Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº 10.791.831/0002-63, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representada pela Ordenadora de Despesas, **EDILENE CARVALHO SANTOS MARCHI**, nomeada pela Portaria IFB nº 229, de 06 de fevereiro de 2015, publicada no D.O.U., de 09 de fevereiro de 2015, inscrita no CPF sob o nº 000.236.256-27, portadora da Carteira de Identidade nº M-7536312/SSP-MG, residente e domiciliada nesta Capital, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Eletrônica, e a empresa **CONSTRUTORA FERNANDES E ARAÚJO LTDA - ME**, com sede na Rua Margarida Nunes de Assis nº 301, Quadra 08, bairro: Centro, Petrolândia, Estado de Pernambuco, CEP: 56.460-000, fone: (87) 38510037 – 38512881, email: construtoraalencaresoares@hotmail.com, inscrita no CNPJ/MF nº **19.803.765/0001-98**, registrada na JUCEPE sob nº 26202169849, em 27/02/2014, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato por seu PROCURADOR, Sr.(º) **DOMINGOS SAVIO BARBOSA GOMES**, brasileiro, casado, empresário, portador da CNH-DETRAN-BA registro nº 02168164202, e CPF/MF nº 134.085.424-49, conforme procuração lavra-



INSTITUTO FEDERAL
Brasília
Campus Planaltina

Rodovia DF 128, Km 21, Zona Rural
Planaltina/DF, CEP 73380-900
(61) 2196-2625 | fb.edu.br



Ministério da Educação

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília



da no Cartório Único - Serviço de Tabelionato de Notas, Protesto de Títulos, Registro de Imóveis, Títulos, Documentos e Pessoa Jurídica de Petrolândia-PE, livro 99, fls. 196/197, em 26/04/2018, tendo em vista a homologação do objeto do Pregão na Forma Eletrônica nº 05/2018, consoante o **Processo nº 23133.001939.2017-38** e em observância ao disposto na Lei nº 8.666, de 21.06.93, e alterações posteriores, em observância à Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, **RESOLVEM** celebrar o presente Contrato, sob os termos e condições a seguir estabelecidos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a execução, pela CONTRATADA, dos serviços de limpeza, asseio e conservação diária (internos e externos) com fornecimento de todos os saneantes domissanitários equipamentos e utensílios que forem necessários para suporte e completa execução dos serviços, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva a serem prestados nos endereços e conforme discriminação, especificação, escalas de trabalho e detalhamento constantes deste Contrato, do Edital, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O presente Contrato regula-se por suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado e, em especial, o Código Civil – Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e o Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os serviços serão prestados mensalmente sob a forma de Execução Indireta e pelo regime de Empreitada Por Preço Global.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pela execução do objeto deste Contrato, o valor mensal de **R\$27.560,47**(vinte e sete mil, quinhentos e sessenta reais e quarenta e sete centavos) e global de **R\$330.725,60**(trezentos e trinta mil, setecentos e vinte e cinco reais e sessenta centavos).



Ministério da Educação

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília



PARÁGRAFO PRIMEIRO – Quaisquer tributos, encargos, custos ou despesas, diretos ou indiretos, omitidos da proposta da CONTRATADA ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo o serviço ser cumprido sem ônus adicional ao IFB/CAMPUS PLANALTINA.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caso haja equívoco no dimensionamento dos quantitativos da proposta, a CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento ao objeto deste Pregão, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 57, §1º, da Lei nº 8.666/93 (art. 23, da IN 02/2008).

PARÁGRAFO TERCEIRO – O disposto no parágrafo anterior aplica-se ainda que se trate de eventos futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte (art. 23, §1º, da IN 02/2008).

PARÁGRAFO QUARTO – Os preços constantes da proposta anexa a este contrato são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

PARÁGRAFO QUINTO – A cotação na planilha de custos e formação de preços de itens concernentes à reserva técnica, supervisão, fiscalização, IRPJ, CSLL, capacitação, treinamento, reciclagem ou congêneres motivará a supressão unilateral do item da planilha e a consequente glosa de todos os pagamentos já realizados para custear esses itens.

PARÁGRAFO SEXTO – Para operacionalização da autoexecutoriedade do parágrafo anterior, os valores indevidamente pagos serão glosados/deduzidos durante a execução contratual, quando dos pagamentos ou da repactuação.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários na planilha de custos e formação de preços. Portanto, em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

- a) **Cotação de percentual menor que o adequado:** o percentual será mantido durante toda a execução contratual;
- b) **Cotação de percentual maior que o adequado:** para atender as orientações dos Acórdãos TCU nº 3.037/2009-Plenário, nº 1.696/2010-2ª Câmara, nº 1.442/2010-2ª Câmara e nº



INSTITUTO FEDERAL
Brasília
Campus Planaltina

Rodovia DF 128, Km 21, Zona Rural
Planaltina/DF, CEP 73380-900
(61) 2196-2625 | ifb.edu.br



Ministério da Educação

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

387/2010-2ª Câmara, o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa/dedução, quando do pagamento ou repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.



PARÁGRAFO OITAVO - No valor do Contrato estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DESPESA

A despesa com a execução dos serviços de que trata o objeto, correrá à conta do Orçamento do IFB /CAMPUS PLANALTINA, para o exercício de 2018, sob a seguinte classificação: - Programa de Trabalho: 108865; Natureza da Despesa: 3.3.90.37.02; Fonte de Recursos: 8100; Plano Interno: L20RLP0154R.

PARÁGRAFO PRIMEIRA - A despesa para os exercícios subsequentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento desta finalidade, a ser consignada ao IFB/CAMPUS PLANALTINA, pela Lei Orçamentária Anual.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão a conta dos recursos próprios para atender as despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA QUARTA - DO EMPENHO DA DESPESA

Os recursos necessários ao atendimento da despesa inerente ao presente Contrato estão regularmente inscrito nas Notas de Empenho nºs 2018NE800158 e 2018NE800159, ambas de 16/07/2018, no valor de R\$330.725,60 (trezentos e trinta mil, setecentos e vinte e cinco reais e sessenta centavos), correspondente ao período de 23/07/2018 a 23/07/2019, do exercício em curso.

62.



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília



CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Contrato é de **23/07/2018 a 23/07/2019**, correspondente a 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

OBS: Ao completar as datas de início e fim da vigência contratual, a Administração deverá estar atenta aos prazos contratuais, que devem ser contados data-a-data, ou seja, mesmo dia e mês do ano subsequente (Parecer nº 345/PGF/RMP/2010, da Adjuntoria de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A critério do CONTRATANTE e com a anuência da CONTRATADA, este Contrato pode ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante Termo Aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração das condições e dos preços contratados.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Em caráter excepcional, devidamente justificado no processo e mediante autorização da autoridade superior (indicar a autoridade), o prazo de que trata o parágrafo anterior poderá ser prorrogado em até 12 (doze) meses, na forma estabelecida no art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, que objetiva a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, conforme estabelece o art. 57, inciso II da Lei nº 8.666, de 1993.

PARÁGRAFO QUARTO – A prorrogação somente poderá ocorrer desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- I – os serviços tenham sido prestados regularmente;
- II – a Administração mantenha interesse na realização do serviço;
- III – o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e
- IV – a contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.

PARÁGRAFO QUINTO – Quando da prorrogação contratual, o IFB/CAMPUS PLANALTINA:



Ministério da Educação

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília



I – realizará pesquisas de preços e assegurar-se-á de que os preços contratados continuam compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa em relação à realização de uma nova licitação, quando não puder ser demonstrada a vantajosidade da prorrogação nos termos do Parágrafo Sexto;

II – realizará negociação contratual para a redução e/ou eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação;

III – A pelo menos 60 (sessenta) dias do término da vigência deste instrumento, o IFB/CAMPUS PLANALTINA expedirá comunicado à CONTRATADA para que esta manifeste, dentro de 03 (três) dias, contados do recebimento da consulta, seu interesse na prorrogação do atual Contrato;

IV – Se positiva a resposta da CONTRATADA, o IFB/CAMPUS PLANALTINA providenciará, no devido tempo, o respectivo Termo Aditivo;

V – Esta resposta terá caráter irretratável e, portanto, a CONTRATADA dela não poderá, após expressa manifestação neste sentido, alegar arrependimento para reformular a sua decisão;

VI – Eventual desistência da CONTRATADA após expressa manifestação de interesse na prorrogação contratual ensejará pelo IFB/CAMPUS PLANALTINA a devida aplicação de penalidade, nos termos da Cláusula Décima Quinta, inciso IV, do presente Contrato;

VII – Caso a CONTRATADA manifeste, num primeiro momento, por não ter interesse em prorrogar o Contrato e posteriormente venha a se retratar, demonstrando vontade de prorrogá-lo, fica a critério do IFB/CAMPUS PLANALTINA, como faculdade e prerrogativa, proceder à prorrogação ou dar curso a novo processo de licitação.

PARÁGRAFO SEXTO – A vantajosidade econômica para prorrogação será aferida mediante pesquisa de preços nos termos da Instrução Normativa/SLTI nº 5/2014, que poderá ser dispensada, nos termos do art. 30-A, §2º, da Instrução Normativa SLTI nº 02/2008 e da Cláusula Décima Quarta deste Contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O IFB/CAMPUS PLANALTINA não prorrogará o Contrato quando:

I – os preços estiverem superiores aos estabelecidos como limites pelas Portarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, admitindo-se a negociação para redução de preços; ou



Ministério da Educação

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília



II – a CONTRATADA tiver sido declarada inidônea pela Administração Pública, impedida de participar de procedimentos licitatórios ou contratar no âmbito da Administração Pública Federal ou, ainda, suspensão no âmbito do IFB/CAMPUS PLANALTINA, enquanto perdurarem os efeitos.

PARÁGRAFO OITAVO – O início da execução do objeto do contrato dar-se-á até 03 (três) dias úteis após a assinatura deste contrato.

PARÁGRAFO NONO – Admitir-se-á a prorrogação do prazo de início e da execução, mantidas as demais cláusulas do Contrato e desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I – superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do Contrato;

II – impedimento de execução do Contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pelo IFB/CAMPUS PLANALTINA em documento contemporâneo à sua ocorrência;

III – interrupção da execução do Contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse do IFB/CAMPUS PLANALTINA;

IV – aumento das quantidades inicialmente previstas no Contrato, nos limites permitidos por lei;

V – omissão ou atraso de providências a cargo do IFB/CAMPUS PLANALTINA, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do Contrato, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Como garantia para execução do Contrato, a CONTRATADA fornecerá à Diretoria de Administração e Planejamento no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do IFB/CAMPUS PLANALTINA, contados da data da assinatura do contrato, o licitante vencedor prestará garantia de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato, podendo optar por quaisquer das seguintes modalidades (§ 1º do art. 56 da Lei nº 8.666/93):

- I.** Caução em Dinheiro – a garantia em dinheiro deverá ser efetuada, obrigatoriamente, na Caixa Econômica Federal (Decreto-Lei nº 1.737/79, art. 1º, inciso IV), pelo interessado, em conta espe-



Ministério da Educação

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

cífica em favor do contratante, com correção monetária, vinculada ao IFB/CAMPUS PLANAL-

TINA;



- II. Caução em Títulos da Dívida Pública – o depósito em títulos da dívida pública será efetuado em conta de custódia, aberta na Caixa Econômica Federal, vinculada ao IFB/CAMPUS PLANAL-TINA, devidamente escriturados em sistema centralizado de liquidação e custódia, considerados, obrigatoriamente, por seu valor econômico informado pelo Tesouro Nacional;
- III. Fiança Bancária – será realizada mediante entrega de carta de fiança fornecida por estabelecimento bancário, devidamente registrada em cartório de registro de títulos e documentos, conforme determinado pela Lei nº 6.015/73, art. 129 e deverá vir acompanhada de:
- a) cópia autenticada do estatuto social do banco;
 - b) cópia autenticada da ata da assembleia que elegeu a última diretoria do banco;
 - c) cópia autenticada do instrumento de procuração, em se tratando de procurador do banco;
 - d) reconhecimento de firmas das assinaturas constantes da carta de fiança.
- IV. Seguro Garantia – será realizado mediante a entrega da apólice, inclusive digital, emitida por empresa em funcionamento no Brasil, legalmente autorizada, sendo o IFB/CAMPUS PLANAL-TINA o único beneficiário do seguro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Na Fiança Bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e 835 do Código Civil Brasileiro.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A garantia prestada por fiança bancária ou seguro-garantia deverá ser renovada anualmente, no mesmo percentual estipulado no subitem 26.1 do Termo de Referência, devidamente atualizada.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A modalidade seguro-garantia ou fiança bancária somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no subitem 26.2 do Termo de Referência.

PARÁGRAFO QUARTO – A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília



- b) prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- d) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada.

PARÁGRAFO QUINTO – O IFB/CAMPUS PLANALTINA não executará a garantia nas seguintes hipóteses:

- a) caso fortuito ou força maior;
- b) alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
- c) descumprimento das obrigações pela contratada decorrente de atos ou fatos da Administração; ou
- d) prática de atos ilícitos dolosos por servidores da Administração.

PARÁGRAFO SEXTO – A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);

PARÁGRAFO SÉTIMO – Atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

PARÁGRAFO OITAVO – A garantia deve ter validade durante a execução do contrato e 3 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação e complementada a cada alteração contratual que implique em alteração do valor da contratação.

PARÁGRAFO NONO - Caso o pagamento das verbas rescisórias trabalhistas e previdenciárias decorrentes da contratação não seja comprovado até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência do contrato, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas diretamente pelo IFB/CAMPUS PLANALTINA.

PARÁGRAFO DÉCIMO – A garantia deverá ser integralizada, no prazo máximo de 10 (dez) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores ou quando houver alteração para acréscimo de objeto.



Ministério da Educação

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília



PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A garantia será considerada extinta:

- a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato; e
- b) após o término da vigência do contrato acrescido de 3 (três) meses.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - O prazo de extinção da garantia poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - A perda da garantia em favor do IFB/CAMPUS PLANALTINA, em decorrência de rescisão unilateral do contrato, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - O contratante não executará a garantia nas seguintes hipóteses:

- a) caso fortuito ou força maior;
- b) alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
- c) descumprimento das obrigações pela contratada decorrente de atos ou fatos da Administração; ou
- d) prática de atos ilícitos dolosos por servidores da Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Não serão admitidas outras hipóteses de não execução da garantia, que não as previstas no subitem acima.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos ou aplicar sanções à contratada.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - A garantia somente será liberada após o perfeito e integral cumprimento do contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do adimplemento de todas obrigações contratuais, incluindo o pagamento das verbas rescisórias trabalhistas e previdenciárias.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - A CONTRATADA autoriza o IFB/CAMPUS PLANALTINA a reter, a qualquer tempo, a garantia na forma prevista nesta Cláusula Contratual.



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília



CLÁUSULA SÉTIMA – ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS E ATIVIDADES CONFORME O CÓDIGO BRASILEIRO DE OCUPAÇÕES CBO

As especificações referentes à demanda e produtividade dos serviços do IFB/CAMPUS PLANALTINA, estão relacionadas nos itens 6 e 11 do Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA – DO LOCAL ONDE SERÃO EXECUTADOS OS SERVIÇOS E JORNADA DE TRABALHO

Os serviços serão executados nas dependências da Contratante, situada no endereço: Rodovia DF-128 KM 21 – Zona Rural – Planaltina-DF – CEP 73.380-900.

CLÁUSULA NONA – DOS MATERIAIS A SEREM FORNECIDOS

A empresa prestadora dos serviços de limpeza e conservação deverá arcar com as despesas de materiais de limpeza e higienização, conforme discriminação no Termo de Referência, item nº 8, nas quantidades necessárias para a devida prestação dos serviços no IFB/CAMPUS PLANALTINA.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS EQUIPAMENTOS A SEREM DISPONIBILIZADOS

As especificações referentes aos equipamentos a serem disponibilizados, relacionados com os serviços do IFB/CAMPUS PLANALTINA, estão discriminados no item 10 do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA JORNADA DE TRABALHO

A Jornada de trabalho deverá ser observada conforme os itens 11 e 14 do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES DOS UNIFORMES

As especificações dos uniformes estão discriminadas no item 15 do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL



Ministério da Educação

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília



Os Equipamento de Proteção Individual estão discriminados no item 16 do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

As Responsabilidades e Obrigações da Contratada estão discriminadas no item 17 do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

As Obrigações da Contratante estão discriminadas no item 18 do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E ACEITE DOS SERVIÇOS EXECUTADOS

A Metodologia de Avaliação da Qualidade e Aceite dos serviços estão discriminadas no item 19 do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato estão discriminados no item 20 do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mensalmente até 30 (trinta) dias após o ateste da Nota Fiscal por parte do fiscal do Contrato, por meio de ordem para depósito em conta-corrente da CONTRATADA, após a apresentação dos seguintes documentos:

a) Nota Fiscal/Fatura discriminativa, em 02 (duas) vias, devidamente atestada, pelo setor competente, de que os serviços foram executados a contento, após apresentação dos documentos abaixo relacionados:

a.1) Comprovante da manutenção das condições da habilitação, constatada por meio de consulta “on line” ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e do Tribunal Superior do Trabalho, ou na impossibilidade de acesso aos referidos Sistemas, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou a documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/93;

a.2) Relatório Mensal dos Serviços Executados.



Ministério da Educação

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília



a.3) documentação descrita no item 17.2 do Termo de Referência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O fiscal do contrato disporá do prazo de 3 (três) dias úteis da data do recebimento das notas fiscais para encaminharem as notas que estejam em total conformidade com o exigido CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Para o atesto da fatura mensal pela fiscalização a contratada deverá apresentar a documentação que comprove os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, conforme solicitado pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O fiscal disporá do mesmo prazo de 03 (três) dias úteis para encaminhar solicitação de esclarecimentos e/ou solicitação de documentos adicionais no que se refere ao pagamento de todos benefícios a que os funcionários fazem jus por meio de COMUNICADO à empresa, ficando suspenso o prazo para pagamento até a resposta da CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUARTO - No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive nas Notas Fiscais/Fatura, serão estes restituídos à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as correções solicitadas, não acarretando ao IFB/CAMPUS PLANALTINA quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

PARÁGRAFO QUINTO - Considerando a obrigatoriedade do recolhimento do INSS nas contratações de serviços e tendo em vista que o prazo para tal pagamento é de até o dia 20 de cada mês, sob pena de pagamento de multa, o atraso na apresentação das Notas Fiscais ao setor de execução financeira que gerar cobrança da prestação pecuniária será arcada pelo responsável pelo atraso;

PARÁGRAFO QUINTO - A liberação do pagamento fica condicionada a:

1. Comprovação da regularidade fiscal da Contratada junto ao SICAF, mediante consulta efetuada por meio eletrônico ou por meio da apresentação de documentos hábeis;
2. Apresentação de todos os comprovantes contidos no item 17.2 do Termo de Referência.



Ministério da Educação

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília



PARÁGRAFO SEXTO – Ressalvadas as hipóteses previstas no Art. 19A da Instrução Normativa/SLTI nº 2/2008, a retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, só deverá ocorrer quando o contratado:

I – não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

II – deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Na hipótese da não apresentação da documentação nos termos do item 17.2 do Termo de Referência, exceto aqueles que comprovem o pagamento de salários e demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, a CONTRATANTE, sem prejuízo do pagamento, poderá conceder o prazo de 5 (cinco) dias úteis para que a contratada regularize a situação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.

PARÁGRAFO OITAVO – Verificada a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado, perante o SICAF e TST, sem prejuízo do pagamento, a CONTRATANTE notificará, por escrito, a CONTRATADA da ocorrência, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, promova a regularização ou apresente sua defesa, sob pena de rescisão do contrato. (INSTRUÇÃO NORMATIVA/SLTI/MP Nº 4, DE 15 DE OUTUBRO DE 2013 e Lei nº 12.440, de 11 de julho de 2011)

PARÁGRAFO NONO – Quando do encerramento do contrato, até que a contratada comprove o pagamento das verbas rescisórias ou que os empregados tenham sido realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho, o IFB/CAMPUS PLANALTINA reterá a garantia prestada e os valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviço, podendo utilizá-los para o pagamento direto aos trabalhadores no caso de a empresa não efetuar os pagamentos em até 2 (dois) meses do encerramento da vigência contratual.

PARÁGRAFO DÉCIMO – A existência de registro no SICAF de aplicação de penalidade à empresa CONTRATADA por órgão da Administração Pública não obsta o pagamento.



Ministério da Educação

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Os pagamentos a serem efetuados em favor da contratada, quando couber, estarão sujeitos à retenção, na fonte, dos seguintes tributos:

I – Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, e Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB no 1.234, de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

II – contribuição previdenciária, correspondente a onze por cento, na forma da Instrução Normativa RFB no 971, de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991; e

III – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, na forma da Lei Complementar no 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação municipal e/ou distrital sobre o tema.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – A CONTRATADA optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, fica dispensada das retenções, conforme dispuser as normas vigentes.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Fica a CONTRATADA obrigada a informar qualquer alteração de sua condição de optante pelo SIMPLES.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO– Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que venha a ser contratada para a prestação de serviços mediante cessão de mão de obra não poderá se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – Para efeito de comprovação do disposto no Parágrafo anterior, a contratada deverá apresentar cópia do ofício, enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.



INSTITUTO FEDERAL
Brasília
Campus Planaltina

Rodovia DF 128, Km 21, Zona Rural
Planaltina/DF, CEP 73380-900
(61) 2196-2625 | ifb.edu.br

PE 05/2018 pág nº 15/23



Ministério da Educação

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília



PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – As notas fiscais/faturas serão obrigatoriamente atestadas, pelo servidor do IFB/CAMPUS PLANALTINA designado para acompanhar e fiscalizar os serviços, desde que os mesmos tenham sido executados a contento, sem o que não poderá ser feito o pagamento correspondente.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes de paga ou relevada a multa que lhe tenha sido aplicada.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO – O CONTRATANTE pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO – Ocorrendo atraso no pagamento, haverá compensação financeira sobre o valor devido, desde que para tanto a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma e que por essa seja requerida, à base de 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da fórmula demonstrada a seguir, para o período compreendido entre a data prevista para o adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento:

EM = I x N x VP onde:

EM = encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso;

TX = percentual da taxa de juros de mora anual;

I = índice de atualização financeira:

$I = \frac{(TX/100)}{365}$ $I = \frac{(6/100)}{365}$ $I = 0,00016438$

365 365

PARÁGRAFO VIGÉSIMO – O IFB/CAMPUS PLANALTINA não estará sujeito à compensação financeira a que se refere o parágrafo anterior, se o atraso decorrer da prestação irregular dos serviços ou com ausência total ou parcial de documentação hábil, ou pendente de cumprimento pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas do Contrato.



Ministério da Educação

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília



PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO– Os valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada serão depositados pela Administração em conta vinculada específica, conforme o disposto no art. 19 A e Anexo VII da Instrução Normativa/SLTI/MP nº 2/2008 e somente serão liberados para o pagamento das verbas de que trata e nas seguintes condições:

- a) parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;
- b) parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a um terço de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;
- c) parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e
- d) ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO – O saldo existente na conta vinculada apenas será liberado com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da empresa, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO – O disposto nos parágrafos anteriores somente se aplica após a Administração adotar o sistema de conta vinculada para o provisionamento das verbas descritas no Parágrafo Décimo Sétimo, conforme regulamentado pela IN SLTI/MP nº 02/2008, com suas alterações, quando os respectivos valores passarão a ser descontados da Nota Fiscal da CONTRATADA, que neste ato autoriza tal procedimento.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO – A CONTRATADA autoriza o IFB/CAMPUS PLANALTINA a fazer o desconto nas faturas e a realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos, sem prejuízo das sanções cabíveis e a reter, a qualquer tempo, a garantia na forma prevista na Cláusula Sexta deste Contrato.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO – Quando não for possível a realização dos pagamentos a que se refere o parágrafo anterior pelo IFB /CAMPUS PLANALTINA, esses valores retidos caute-



Ministério da Educação

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília



larmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO - A CONTRATADA não poderá vincular o pagamento dos salários e demais benefícios de seus empregados ao pagamento das faturas correspondentes aos serviços contratados.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SÉTIMO - Na contagem dos prazos estabelecidos neste item, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só se iniciando e se vencendo os prazos em dia de expediente na CONTRATANTE e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA- DA REPACTUAÇÃO

É admitida a repactuação deste Contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, contado das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir, admitindo-se, como termo inicial, a data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho vigente à época da apresentação da proposta, e a data limite para a apresentação da proposta em relação aos demais insumos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data de início dos efeitos financeiros da última repactuação da respectiva parcela.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, para a variação de custos relativos à mão de obra vinculada à data base da categoria.



INSTITUTO FEDERAL
Brasília
Campus Planaltina

Rodovia DF 128, Km 21, Zona Rural
Planaltina/DF, CEP 73380-900
(61) 2196-2625 | ifb.edu.br



Ministério da Educação

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília



PARÁGRAFO QUARTO – A solicitação da contratada de repactuação dos custos envolvendo insumos e materiais somente poderá ser deferida após o período de um ano, contado da data limi-

te para a apresentação da proposta, utilizando-se, para tanto, o índice de reajustamento IPCA apurado nos 12 (doze) últimos meses de vigência do contrato e aplicando-se a seguinte fórmula:

$R = V (I - I^o)$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor constante da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

I^o = Índice relativo ao mês da proposta.

PARÁGRAFO QUINTO – As repactuações de insumos e materiais, descritas no parágrafo anterior, subsequentes à primeira, serão efetuadas apenas quando se completarem períodos múltiplos de um ano, contados sempre da última repactuação de insumos e materiais.

PARÁGRAFO SEXTO – No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o IFB/CAMPUS PLANALTINA pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos diversos será, obrigatoriamente, o definitivo.

PARÁGRAFO OITAVO – Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos e materiais venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

PARÁGRAFO NONO – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.



Ministério da Educação

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília



PARÁGRAFO DÉCIMO – Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos e materiais, o IFB/CAMPUS PLANALTINA verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor com o objetivo de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro da contratação e promoverá a redução dos valores correspondentes.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – As repactuações a que a CONTRATADA fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do Contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – A repactuação será formalizada por meio de apostilamento, salvo quando coincidir com a prorrogação contratual, quando será formalizada por meio de Termo Aditivo ao contrato vigente.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – As repactuações relativas aos custos de mão de obra vinculados à data base de cada categoria serão efetuadas somente com fundamento em Convenção, Acordo Coletivo de Trabalho, Sentença Normativa, ou por força de lei.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – A repactuação não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – O valor contratado poderá ser reajustado, em razão da parcela de insumos, após o decurso de 12 (doze) meses contados a partir da data da apresentação da proposta, no caso do primeiro reajuste, ou da data do reajuste anterior, na hipótese dos reajustes posteriores, por simples apostila, nos termos § 8º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – O reajuste ocorrerá de acordo com a variação do IPCA, apurado nos 12 (doze) últimos meses de vigência do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO – Na hipótese de não publicação, extinção ou suspensão do índice de atualização monetária eleito neste Contrato, o reajuste permanecerá em pleno vigor.

E22.



Ministério da Educação

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília



PARÁGRAFO DÉCIMO NONO – Ocorrendo a extinção do índice aplicável para o reajuste do Contrato no Parágrafo Segundo será adotado o índice máximo que a lei indicar em substituição e na falta destes, será utilizada a variação de mercado havida no período.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS PENALIDADES

As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

PARÁGRAFO QUARTO - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- I - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- II - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- III - Indenizações e multas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - VEDAÇÕES

I - . É vedado à CONTRATADA:

I.I. canceonar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

I.II. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília



CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

- I. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- II. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- III. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – INÍCIO DOS SERVIÇOS

As obrigações, objeto deste Contrato serão iniciadas mediante emissão de ordem de serviços emitida pelo Diretor Administrativo do Campus Planaltina/IFB ou pela Autoridade Superior.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

I – O presente Contrato fundamenta-se:

- a) na Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 5.450/2005 e na IN nº 02/2008;
- b) na Lei nº 8.666/1993;
- c) na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, no que couber.

II – O presente Contrato vincula-se aos termos:



Ministério da Educação

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

a) do Edital do Pregão Eletrônico nº 05/2018, e seus anexos, constante do processo nº 23133.001939.2017-38;

b) da proposta vencedora da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

A publicação do presente Contrato deverá ser providenciada, em extrato, tanto no Diário Oficial da União, como no Boletim de Serviço do IFB/CAMPUS PLANALTINA, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo máximo de até 20 (vinte) dias, na forma prevista no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal do Distrito Federal para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato, com exclusão de qualquer outro.

E para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente Contrato, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, cujo extrato fica registrado no Livro Especial do CONTRATANTE, de acordo com o artigo 60 da Lei nº 8.666/1993, o qual, depois de lido, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas, abaixo nomeadas.

Brasília-DF, 23 de julho de 2018.

CONTRATANTE

CONTRATADA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DE BRASÍLIA
Campus Planaltina

EDILENE CARVALHO SANTOS MARCHI

CONSTRUTORA FERNANDES E ARAÚJO LTDA – ME

DOMINGOS SAVIO BARBOSA GOMES

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF: 000.278.461-05

Nome:
CPF: 052.094.824-64



- b) Ter concluído o Ensino Fundamental até a data da matrícula.
II. DA OFERTA DE VAGAS
2.1 - Serão ofertadas 90 vagas conforme discriminado abaixo.

CURSO	TURNO	CÓDIGO	TOTAL DE VAGAS
Meio Ambiente	Matutino	1020111	45
Guia de Turismo	Vespertino	1020412	45
Total			90

III. DA MATRÍCULA E DA DOCUMENTAÇÃO PARA A MATRÍCULA

3.1 - Os candidatos convocados deverão efetuar a matrícula de 16 a 25/07/2018 nos seguintes locais/horários: CAMPUS MARECHAL DEODORO - Coordenação de Registro Acadêmico - 8h às 16h. Rua Lourival Alfredo, 176 - Poeira Marechal Deodoro - AL - CEP 57160-000. Telefones: (82) 3263-1100 / 3263-1400.

3.2. - No ato da matrícula os candidatos deverão apresentar a documentação exigida no ANEXO I.

IV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 - A inscrição no processo seletivo implicará conhecimento e tácita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital.

4.2 - Todos os alunos matriculados estarão sujeitos ao Regimento Interno do Instituto Federal de Alagoas.

4.3 - É de responsabilidade exclusiva do candidato, informar-se acerca de Editais e Normas Complementares, avisos e chamadas oficiais do Processo de Seleção para o segundo semestre do ano de 2018 e de todas as etapas de confirmação de vaga e matrícula.

4.4 - Terão direito à matrícula os candidatos classificados até o limite do número de vagas estabelecido por este edital ficando os demais candidatos aprovados em lista de espera.

4.5 - Os casos omissos e as situações não previstas neste EDITAL serão avaliados pela Coordenação dos Cursos ofertados e encaminhados à Pró-Reitoria de Ensino do IFAL.

SÉRGIO TEIXEIRA COSTA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01/2018 - UASG 154581

Número do Contrato: 01/2014. Processo: 23334.000171/2014-76. CONCORRÊNCIA Nº 01/2014. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO - CAMPUS TEIXEIRA DE FREITAS. Contratado: ELZA MOREIRA LOPES 97751278587 - CNPJ: 19.708.326/0001-04. Objeto: Prorrogação da Vigência do Contrato nº 01/2014 que visa a permissão de uso remunerado de espaço para exploração da Cantina do Instituto Federal Baiano - Campus Teixeira de Freitas. Fundamento Legal: Lei 8666/93 e suas alterações. Vigência: 30/06/2018 a 29/06/2019. Data de Assinatura: 26/06/2018.

EXTRATO DO EDITAL Nº 57, DE 30 DE JULHO DE 2018
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

O Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - IF Baiano, no uso da competência delegada pelo Decreto de 25 de abril de 2018, publicado no Diário Oficial da União em 26 de abril de 2018, no uso de suas atribuições legais, torna pública a abertura de inscrições para o preenchimento de 85 vagas nos cursos de Formação Continuada relacionados na tabela abaixo, a serem ofertados no Campus Bom Jesus da Lapa:

CURSO	VAGAS	HORÁRIO DAS AULAS	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	PRÉ-REQUISITOS	CARGA HORÁRIA
Canto Coral	40	Quinta-feira 12:30 às 14:30/ Sexta-feira 13:00 às 15:00	Agosto de 2018 a Agosto de 2019	Aptidão para cantar, ser afinado, possuir boa saúde vocal	150 horas
Curso Avançado de Flauta Doce	30	Sexta-feira 10:00 às 11:00/ Sexta-feira 15:00 às 16:00	Agosto de 2018 a Agosto de 2019	Conhecimentos básicos em flauta doce	150 horas
Prática de Conjunto Instrumental e formação musical	15	Sexta-feira 08:00 às 10:00	Agosto de 2018 a Agosto de 2019	Tocar algum instrumento musical (percussão, cordas, teclas ou sopro)	150 horas

As inscrições são gratuitas e serão realizadas no período de 01 a 10 de agosto de 2018, exclusivamente pela internet. Orientações podem ser obtidas através do Edital disponível no site: www.ifbaiano.edu.br/unidades/lapa ou do e-mail: extensao@lapa.ifbaiano.edu.br.

CAMPUS CATU

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Nº 1/2018 - UASG 158443

Número do Contrato: 18/2017. Nº Processo: 23329000560201713. PREGÃO SRP Nº 2/2017. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, -CIENCIA E TECNOLOGIA BAI. CNPJ Contratado: 54484753000149. Contratado : MAPFRE VIDA S/A - .Objeto: Prorrogação da vigencia contratual por mais um ano. Fundamento Legal: Lei 8666/93 Contrato 18/2017 .Vigência: 14/07/2018 a 13/07/2019. Valor Total: R\$20.280,00. Fonte: 112000000 - 2017NE800185. Data de Assinatura: 06/07/2018.

(SICON - 30/07/2018) 158443-26404-2018NE800008

CAMPUS XIQUE-XIQUE

AVISO DE REVOGAÇÃO
PREGÃO Nº 1/2018

Fica revogada a licitação supracitada, referente ao processo Nº 23806.000042/2018. Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de material de consumo (água mineral de fonte natural, potável, não gasosa, envasada em garraões retornáveis de 20 litros e de frascos vazios para água mineral, capacidade de 20 litros ser utilizado como base de troca) .

FILIPPE NEVES BRITO
Chefe Nucleo de Licitação

(SIDECA - 30/07/2018) 155885-26404-2018NE800027

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 4/2018 - UASG 158143

Nº Processo: 23098011849201729 . Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para aquisição futura e eventual de material de informática (consumo, ferramentas, peças e de manutenção) para atender as necessidades de Tecnologia da Informação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília. Total de Itens Licitados: 00012. Edital: 31/07/2018 de 08h00 às 12h00 e de 14h00 às 17h00. Endereço: Sgan 610 Conjunto a Módulos D,e,f e g Via L2 Norte BRASÍLIA - DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/158143-05-4-2018. Entrega

das Propostas: a partir de 31/07/2018 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 10/08/2018 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

LIDIARD NUNES DE OLIVEIRA
Pregoeiro

(SIDECA - 30/07/2018) 158143-26428-2018NE800007

RETIFICAÇÃO

No Extrato de Contrato Nº 6/2018 publicado no D.O. de 30/07/2018 , Seção 3, Pág. 42. Onde se lê: Extrato do Contrato nº 6/2018 UASG 158143 Leia-se : Extrato do Contrato nº 10/2018 UASG158143

(SICON - 30/07/2018)

CAMPUS PLANALTINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 2/2018 - UASG 158501

Nº Processo: 23133001939201738. PREGÃO SISPP Nº 5/2018. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, -CIENCIA E TECNOLOGIA DE. CNPJ Contratado: 19803765000198. Contratado : CONSTRUTORA FERNANDES E ARAUJO -LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de limpeza para atender ao IFB/Campus Planaltina. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93; Lei nº 10.520/02. Vigência: 23/07/2018 a 23/07/2019. Valor Total: R\$330.725,60. Fonte: 8100000000 - 2018NE800158. Data de Assinatura: 23/07/2018.

(SICON - 30/07/2018) 158501-26428-2018NE800029

CAMPUS SAMAMBAIA

DIRETORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Nº 2/2018 - UASG 110591

Número do Contrato: 19/2017. Nº Processo: 00055001180201687. PREGÃO SISPP Nº 11/2017. Contratante: MINISTERIO DOS TRANSPORTES, PORTOSE AVIACAO CIVIL. CNPJ Contratado: 07717171000185. Contratado : PRAXIAN CONSULTORIA LTDA -.Objeto: Prorrogação do Contrato nº 19/2017-MTPA, por 12 (doze) meses, a partir de 25/07/2018 até 25/07/2019, conforme faculta sua Cláusula Segunda, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Vigência: 25/07/2018 a 25/07/2019. Valor Total: R\$4.204.788,00. Fonte: 280209300 - 2018NE800014. Data de Assinatura: 25/07/2018.

(SICON - 30/07/2018) 390004-00001-2018NE800119

AÉCIO JOSÉ ARAÚJO PASSOS DUARTE

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA CATARINENSE

CAMPUS CAMBORIÚ

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 15/2018

O IFC Campus Camboriú, por intermédio da pregoeira, torna público o resultado do pregão em epígrafe, pelo critério do menor valor por item, ofornecedor GAUCHA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO LTDA, CNPJ 022150120001-69, valor: R\$9.600,00. Vigência da ata de 31/07/2018 a 30/07/2019. As atas podem ser acessadas no site www.camboriu.ifc.edu.br.

LIA MARA SILVA DE SOUZA
Pregoeira

(SIDECA - 30/07/2018) 158460-26422-2018NE800027

CAMPUS SOMBRIO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 11/2018 - UASG 158462

Nº Processo: 23354001408201821. PREGÃO SRP Nº 11/2017. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO -CIENCIA E TECNOLOGIA CATA. CNPJ Contratado: 11955015000120. Contratado : CONSULT VIAGENS E TURISMO LTDA -.Objeto: Prestação de serviço de agenciamento de viagens. Fundamento Legal: Lei nº 8666/93 e demais alterações legais. Vigência: 17/07/2018 a 16/07/2019. Valor Total: R\$28.500,30. Fonte: 8100000000 - 2018NE800245 Fonte: 8100000000 - 2018NE800246. Data de Assinatura: 17/07/2018.

(SICON - 30/07/2018) 158462-26422-2018NE800029

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Nº 4/2018 - UASG 158462

Número do Contrato: 8/2017. Nº Processo: 23354001012201612. CONCORRÊNCIA SISPP Nº 2/2016. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO -CIENCIA E TECNOLOGIA CATA. CNPJ Contratado: 09249662000174. Contratado : PINHEIRINHO AUTOMACAO E SEGURANCA-LTDA. Objeto: O prazo de vigência do contrato fica aditivado de 19/07/2018 até 17/10/2018. Fundamento Legal: Lei nº 8666/93 e demais alterações legais. Vigência: 19/07/2018 a 17/10/2018. Data de Assinatura: 19/07/2018.

(SICON - 30/07/2018) 158462-26422-2018NE800029